

CARTA DE COMPROMISSOS EngD

Prezado (a) candidato (a),

O movimento Engenharia pela Democracia - EngD - teve seu início em 2021, marcado por um abaixo-assinado em defesa da Democracia. Em nosso país milhares de brasileiros morriam em decorrência do descaso do governo federal no enfrentamento à Covid-19, acompanhado de reiteradas ameaças à Constituição e à Democracia, desemprego crescente, trabalho precarizado e a volta da fome.

Naquele contexto foi lançada a "Carta de Princípios", onde foram chamados "brasileiros e brasileiras, profissionais da Engenharia, que não naturalizam e nem se omitem quanto à tragédia em curso, para fazer a justa escolha: não ficarmos atônitos e inertes diante do trágico destino, mas termos a arte e o engenho para superar este triste momento e construir uma outra sociedade" (Carta de Princípios EngD).

A partir do lançamento da "Carta de Princípios", o movimento se organiza e se abre para todos os profissionais, pesquisadores e estudantes que interagem e atuam com a Engenharia sem distinções de ideologia, credos, gênero, raça ou origem, opções sexuais e afetivas.

Em 16 de março desse ano, o movimento EngD se organiza juridicamente como entidade, reafirmando seu compromisso de luta em defesa da Democracia considerando todas as dimensões política, social, econômica e ambiental.

Além de se integrar à luta pela democracia, junto a outros movimentos e entidades com o mesmo compromisso, a EngD organizou grupos de trabalho, no âmbito interno da elaboração do seu Plano Estratégico, para debater, segundo a visão dos profissionais democratas das áreas de Engenharia, o caminho a seguir em futuras administrações e no Parlamento. Desse debate, nasce o documento abaixo que submetemos aos candidatos a cargos executivos e legislativos nas próximas eleições, decisivas para nossa história e a busca da afirmação da Soberania nacional.

Para facilitar o debate, dividimos esse documento em dezesseis Políticas Públicas de Estado e resumimos todo o trabalho de um ano inteiro nessas poucas páginas para apreciação e apoio público, de nossos associados e dos candidatos a cargos eletivos.

Para cada Política Pública de Estado, apresentada nesse documento, a EngD desenvolveu, preliminarmente, as diretrizes com sua visão do "como fazer" e que deverá ser acordada com o conjunto da sociedade, considerando os seguintes pressupostos: i) participação, em conjunto com as esferas científicas, acadêmicas, especializadas, da iniciativa privada, população e suas entidades capacitadas, da elaboração/revisão, implantação e controle de projetos rumo à evolução civilizatória para o Estado do Bem Estar Comum; ii) sem transgressão ilegal aos direitos adquiridos por qualquer segmento da sociedade.

Ao concordar com as proposições gerais apresentadas, o candidato se compromete a atuar, durante seu mandato, em prol destes pontos caso seja eleito.

A EngD divulgará no seu portal e redes sociais e demais meios de comunicação, o nome de todos os candidatos que concordarem com a presente Carta de Compromissos. Para isso, é necessário que o candidato envie um e-mail para engenharia.democracia@gmail.com formalizando sua adesão.

São Paulo, 16 de setembro de 2022

Paulo Massoca

Coordenador Geral da EngD

CARTA DE COMPROMISSOS EngD

Compromissos com Políticas Públicas de Estado

1. Processo Nacional de Desenvolvimento Econômico Sustentável

- Sustentabilidade do desenvolvimento socioambiental, econômico, político e cultural;
- Integração socioambiental, econômica, política e cultural, com controle do Estado e em parceria com a iniciativa privada, como meta para a diminuição das desigualdades existentes;
- Foco na construção do Estado do Bem-Estar Social;
- Prioridade para o fortalecimento do mercado interno para geração de renda, emprego, com desenvolvimento da CT&I;
- Migração gradativa da matriz de exportador de matéria prima e commodities para a produção de produtos processados, manufaturados, serviços e tecnologia;
- Colocar o Estado como elemento propulsor do desenvolvimento, com forte investimento na infraestrutura;
- Fim do teto de gastos para investimentos do Estado em infraestrutura, educação e saúde.

2. Reforma Tributária, Fiscal e Monetária

- Construir um Estado político-econômico robusto e autossustentável;
- Atrelar a arrecadação de impostos à capacidade contributiva (Imposto Progressivo);
- Ampliar o poder de arrecadação do Estado, sem onerar a maior parte da população (95% do extrato inferior da pirâmide social), dentre as medidas nesse sentido, a tributação de lucros e dividendos, como é feito na absoluta maioria dos países;
- Incentivar a transformação do capital improdutivo / especulativo, com ênfase para o financeiro, em capital produtivo. O capital financeiro do Estado será considerado recurso estratégico;
- Criar as bases financeiras para sustentar as necessidades básicas de todos os brasileiros;
- Promover uma distribuição mais equânime da renda.

3. Educação – Processo do Ensino Público Fundamental e Médio

- Formação plena dos alunos para o alcance da eficiência e eficácia em todas as atividades ao longo da vida através da capacitação pessoal e profissional nas suas competências:
 - a. Intelectual (desenvolvimento da capacidade de raciocínio);
 - b. Estratégica;
 - c. Gestão;
 - d. Técnico-operacional;
 - e. Físico-psíquico-comportamental e
 - f. Responsabilidade socioambiental-econômico-político-cultural.
- Compromisso de buscar as seguintes metas:
 - a. Alfabetização: 100% da população em 8 anos;
 - b. Ensino Fundamental: 80% da população em 12 anos;
 - c. Ensino Médio: 70% da população em 16 anos;
 - d. Nível Superior: 40% da população em 20 anos;

4. Processo de Desenvolvimento Urbano Pleno

- Direcionar, gradativamente, para um novo modelo de vivência urbana de modo a atingir a Qualidade de Vida para toda a população em todos os requisitos: desenvolvimento econômico sustentável, social (alimentação, moradia, mobilidade, saúde, educação, saneamento, segurança), cultura, meio ambiente, esporte e lazer, e de modo a propiciar o comprometimento político qualificado da população nesse processo.

5. Processo Socializado Sustentável de Proteção Humanizada da Saúde – SUS

- Propiciar a toda a população e como bem socializado sustentável, atendimento humanizado à saúde em todas as suas etapas - preditiva, preventiva, curativa, emergencial e paliativa, com eficiência e eficácia de modo a alcançar elevados níveis de satisfação dos beneficiários. Para tanto, a saúde deve ser considerada como um direito para o Bem-Estar Social e não como mercadoria geradora de lucro.

6. Processo Sustentável de Proteção Ambiental

- Retomar de imediato compromissos internacionais estabelecidos em relação à agenda da ONU 2030, negligenciados no atual governo, com políticas agressivas com objetivo de recuperar o atraso dos últimos 4 anos.
- Implantar políticas para recuperação de Biomas destruídos e recuperar a legislação e órgãos de fiscalização e controle destruídos nos últimos 6 anos.
- Implantar política de desmatamento zero nesses Biomas, recuperando o protagonismo do Estado e a eliminação das ações deletérias de milícias, mineradores, madeireiros e pescadores ilegais;
- Restabelecimento da Política de demarcação de terras indígenas e proteção do Estado para etnias vulneráveis.
- Desenvolvimento socioambiental, econômico, cultural e político sustentável, sob gestão e controle do Estado, em parceria com as esferas científicas, acadêmicas, estatais, iniciativa privada, cidadãos e entidades civis, considerando o meio ambiente como um sistema integrado aos subsistemas físico, biótico e antrópico.
- Nos impasses de conflitos relacionados com o meio ambiente, os direitos coletivos devem prevalecer, de forma absoluta, sobre os direitos individuais.

7. Processo Político Sustentável para a Soberania Popular Qualificada

- Promover o processo político para a efetiva soberania popular (participação e decisão) política da população, qualificada em cada nível de decisão, intensificando de forma sustentável a construção do Estado do Bem-Estar Socioambiental, Econômico, Cultural e Político, em respeito aos direitos humanos.

8. Processo Nacional de Desenvolvimento Científico-Tecnológico e Inovação (CT&I)

- Disseminar a vocação da população brasileira para a ciência, tecnologia e inovação, e criar condições para a aceleração do seu desenvolvimento, em consonância com o Processo Nacional de Desenvolvimento Econômico Sustentável em direção à evolução civilizatória para o bem-estar comum, e de modo a colocar o Brasil entre os 10 mais países mais desenvolvidos em CT&I num prazo de 16 anos.

9. Processo Nacional de Desenvolvimento Cultural

- Promover o desenvolvimento da cultura, entendida como tudo o que resulta da criação humana - ideias, conhecimentos, valores, comportamentos, símbolos, artefatos, costumes, línguas, leis, crenças morais, adquirido a partir do convívio social e rumo à evolução civilizatória para o bem-estar comum, em total respeito à diversidade.
- Assumir a Cultura como experiência pensada ou refletida e que deve ser praticada e não, apenas, uma experiência vivida como mero usuário, sem entender a essência profunda do que se pensa, faz ou usa. Nesse sentido, a Cultura, sem a prática, é uma figura decorativa.

10. Processo de Valorização da Administração Pública

- Promover o desenvolvimento da administração pública em toda a sua amplitude – servidor público, na plenitude dos seus direitos e deveres, políticas públicas de Estado, recursos financeiros, infraestrutura física e material, processos e operações, gestão e tecnologia, de modo a atingir os mais elevados níveis de eficiência e eficácia para o alcance da plena satisfação de todos os seus partícipes - usuários e prestadores de serviço, comprovada por mecanismos objetivos de controle social autônomo dos resultados de todo o processo.

11. Processo Previdenciário Mutualista, Autofinanciado e Autossustentável

- Garantir, para toda a população, aposentadoria mínima condizente, acrescida de valor progressivo compatível com o nível de contribuição adicional, suportada pelo financiamento do Estado, iniciativa privada e mutuários, sob gestão tripartite: Estado, iniciativa privada e cidadão.

12. Processo Sustentável de Valorização do Trabalho

- Valorização do trabalho em todos os seus elementos essenciais, a saber, eficiência e eficácia no exercício das funções, capacitação profissional em todas as suas competências – intelectual, estratégica, gestão, técnico-operacional, físico-psíquico-comportamental e responsabilidade socioambiental-político-cultural, pleno exercício da cidadania quanto ao cumprimento dos deveres e usufruto dos direitos, inclusive salário condigno e liberdade de organização, concretas perspectivas de evolução profissional, proteção nos ambientes laborais e certeza de aposentadoria condigna, e de modo a transformar o trabalho no elemento mais importante em toda a cadeia produtiva, depois do ser humano em si.

13. Processo para a Socialização das Comunicações

- Socializar o processo de comunicação para toda a população brasileira com a função de disseminar a informação, o conhecimento, a educação, a ciência e tecnologia e a cultura e, com isso, ser suporte importante para a formação de cidadãos empenhados em participar da evolução civilizatória pelo bem-estar comum.
- Por força de lei, deve abranger todas as etapas – objetivo coerente com a função das comunicações, liberdade de expressão, conformidade do conteúdo com o objetivo, disponibilização do canal de comunicação, liberdade de interpretação / análise e de retorno para concordância ou contestação;
- Ter como início e fim o cidadão, como agente principal do processo.
- Impedir a formação de monopólios e oligopólios de comunicação voltados para a defesa de interesses específicos ou corporativos, conflitantes com a função essencial deste processo.

14. Processo Sustentável de Proteção contra a Criminalidade

- Criar um ideário robusto de modo a reduzir a criminalidade, praticada pelo indivíduo isolado ou dentro das instâncias do Estado e do Mercado, aos níveis próximos dos melhores padrões mundiais.
- Esse processo deve abranger as fases preditiva, preventiva, corretiva, punitiva, remediativa, e tratar a criminalidade como um mal sistêmico com raízes na própria natureza humana e forte influência do meio, e que, por isso, tem ocorrido em todos os setores da sociedade, por todos os tempos.

15. Processo Sustentável de Valorização da Cidadania

- Promover o desenvolvimento de um ideário robusto de cidadania, assim entendida como a defesa intransigente dos direitos e cumprimento pertinaz dos deveres pelo resguardo das características profundas da natureza humana.

16. As Forças Armadas

- Adequação institucional do aparato militar aos princípios democráticos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e do estabelecimento de política de segurança comprometido com a defesa da vida.
- Revisão do Art. 142 da Constituição Federal estabelecendo o papel das Forças Armadas como instituições de Estado permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, destinadas estritamente à defesa da integridade dos territórios contra ameaças externas e da Soberania Nacional, baseado nos princípios democráticos, na paz e na cooperação entre os povos.